

AValiação INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA: ENTRAVES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE

Elizeth Gonzaga dos Santos **Lima** – UNEMAT

Introdução

Esse texto apresenta resumidamente alguns dos resultados da pesquisa desenvolvida com a comunidade acadêmica do Campus de Cáceres da Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, sobre o processo de avaliação institucional desenvolvido pela Coordenadoria de Avaliação Institucional - COAVI. O objetivo foi compreender os entraves e as possibilidades no processo de avaliação institucional participativa no contexto da universidade.

Discutimos a universidade e a avaliação institucional participativa tomando como referência a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, que em 1994 elaborou o seu Projeto de avaliação institucional nos princípios do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, por entender que essa proposta estava sustentada na participação democrática. Em 1997 foi implantado efetivamente o processo de avaliação da UNEMAT.

A trajetória da avaliação Institucional na UNEMAT mostra que muitos dados, informações, análises interpretativas e relatórios foram produzidos e encaminhados aos Gestores e Comunidade Acadêmica para tomadas de decisão. Tornar significativos os resultados da avaliação para os processos de tomadas de decisão tem sido um desafio que se tornou a problemática central de nossa pesquisa.

O problema foi estudado a partir das percepções dos membros da Comissão Própria de Avaliação – CPA, gestores, professores, funcionários e alunos do Campus de Cáceres da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Utilizamos como metodologia a abordagem quanti-qualitativa com ênfase no qualitativo e para coleta de dados aplicamos um questionário e realizamos encontros com cinco grupos focais.

No ano de 2005 fizemos um levantamento de questões a partir da aplicação de um questionário para uma amostra de professores, alunos e funcionários. As questões levantadas neste questionário foram aprofundadas nos grupos focais. O questionário foi aplicado por amostragem, utilizando a amostra estratificada proporcional segundo Barbata (2004). A população alvo era de 1992 pessoas, perfazendo 100%, sendo 246 professores (12 %) 1627 alunos (82%) e 119 (6%) funcionários. Tivemos uma amostra determinada em 338 sujeitos, o que corresponde a 17% do universo. Respeitando as proporções tivemos uma amostra de 276

alunos o que corresponde a aproximadamente 82% da amostra geral (338), 42 professores, que corresponde a aproximadamente 12% de 338 e 20 funcionários, que corresponde a aproximadamente 6% de 338. Dos 338 questionários entregues foram devolvidos 191, o que perfaz um total de 56,5% de questionários respondidos, sendo 149 alunos, 25 professores e 17 funcionários.

A partir dos resultados dos questionários, no ano de 2006 realizamos os encontros com cinco grupos focais, sendo: Grupo da CPA, professores, alunos, gestores e funcionários. Cada grupo foi organizado com 11 participantes, sendo um membro de cada curso. A questão que norteou os grupos focais foi: Como tornar os resultados da avaliação instrumentos que implemente os processos de tomadas de decisão?

Resultados e discussão dos dados

Os resultados dos questionários mostraram três questões centrais que podemos tomar como limites no processo avaliativo: A pouca divulgação e discussão dos resultados, a pouca implementação de ações a partir desses resultados e a necessidade de melhorar o processo de avaliação. Os resultados ainda mostraram como avanços o reconhecimento da comunidade acadêmica de que a avaliação é importante e necessária para implementação de melhorias, podemos dizer que não há negação em relação a avaliação. A comunidade acadêmica anseia pela avaliação, quer a sua continuidade, acha o processo legítimo e necessário para potencializar qualidade.

Encontramos uma contradição, se por um lado a comunidade acadêmica acredita que os resultados da A.I é um instrumento que implementa os processos de tomadas de decisão, por outro, não percebe as tomadas de decisão a partir desses resultados e não reage mesmo demonstrando sentimentos de descrença e indignação. Parece haver um silenciamento provocado pelas tensões da avaliação. Essas questões foram discutidas nos encontros com os grupos focais.

Os encontros com os grupos focais iniciaram com uma apresentação dos resultados dos questionários aplicados à comunidade acadêmica, lançando as questões centrais para discussão: O que pode ter levado a pouca divulgação e pouca implementação de tomadas de decisão a partir dos resultados da avaliação institucional? Como tornar significativos os resultados da avaliação institucional para que na prática implemente os processos de tomadas de decisão?

As análises dessas questões foram organizadas em duas grandes categorias e suas respectivas classes. A categoria predominante alinha a concepção de avaliação institucional ao viés da regulação e apresenta duas classes comuns aos cinco grupos focais. A primeira está relacionada com o fato de a comunidade acadêmica ainda perceber a avaliação como punição. A segunda diz respeito à necessidade de criar espaços que possibilitem a participação da comunidade acadêmica nas discussões dos resultados da avaliação. Os grupos afirmam que só pode haver uma avaliação não punitiva e emancipatória se houver a participação de todos.

Observamos que teoricamente o Projeto de avaliação institucional da UNEMAT tem como concepção a avaliação participativa, não punitiva e não premiativa, princípios sustentados pelo viés da emancipação, mas esses princípios ainda não estão engendrados nos sujeitos como prática. Ainda existe pouco espaço organizado ou pelos gestores, ou pela CPA para que a comunidade possa refletir sobre a universidade. Há uma desconfiança em relação às repercussões que os resultados da avaliação possam causar na instituição e na sociedade. Ao falar de avaliação institucional o grande questionamento é: o que será feito com os resultados? Os participantes dos grupos são enfáticos em dizer que a participação precisa ser desencadeada nos espaços da UNEMAT.

Ainda encontramos na categoria do viés regulatório, outra classe que foi comum aos professores, alunos e CPA e diz respeito à resistência institucional. Os grupos apontam que os resultados são pouco divulgados e pouco usados para tomadas de decisão devido à resistência institucional, as pessoas não querem ver e nem tornar público o resultado temendo a repercussão que eles possam causar na comunidade interna e externa à instituição e, apontam isso, como uma questão cultural que precisa ser superada.

A segunda grande categoria alinha a concepção de avaliação ao viés da emancipação, porém, esta concepção é uma necessidade a ser alcançada, uma conquista. A avaliação é concebida como um mecanismo que desencadeia mudanças de concepções, a partir da participação ativa de todos os sujeitos no processo, mas essa concepção ainda não foi alcançada. As classes que emergem nessa categoria estão no campo das necessidades.

As formas de alcançar esse ideal são apresentadas por cada grupo diferentemente e não foram apresentadas necessidades comuns aos grupos. O grupo focal dos professores discute a questão da não divulgação e discussão dos resultados como sendo uma cultura que está instalada na sala de aula e que migra para o processo de avaliação institucional. Nesse

sentido, apontam como uma necessidade rever a cultura de avaliação que está instalada em sala de aula, para pensar a avaliação institucional a partir da participação.

O grupo dos alunos discute que a falta de informação para os alunos é o ponto-chave para a não tomada de decisão, mencionam que a desinformação é tão grande a ponto de desconhecerem o seu representante na CPA e apontam a necessidade de incentivar e propor espaços em que os alunos possam refletir sobre a universidade e, ainda, a necessidade de união e maior interesse dos acadêmicos nas questões institucionais

Os participantes do grupo dos funcionários não desacreditam a avaliação, mas acham que tem que melhorar o processo de discussão e análise dos resultados. Mencionam que os membros da CPA investem muito na divulgação da proposta para coleta de opiniões, momento de sensibilização da comunidade, mas não fazem o mesmo com a discussão dos resultados.

O grupo da CPA reconhece que tem existido tomadas de decisão, a avaliação tem contribuído para melhoria da instituição. Muitos avanços ocorreram na história da avaliação como: o reconhecimento legal, a coleta de dados via internet, a participação da comunidade no momento de responder os formulários de pesquisa, a construção de três relatórios sínteses de avaliação, a organização de seminários e fóruns de discussão, porém, ainda, não alcançaram o nível das tomadas de decisão significativas, aquelas que provocam mudanças nos sujeitos e não apenas mudanças estruturais e organizacionais. Segundo o grupo da CPA, as tomadas de decisões estão acontecendo nas estruturas administrativas e organizacionais e nem sempre estão sendo visualizadas pela comunidade acadêmica como resultados da avaliação institucional. A CPA aponta como necessidade sair do plano das mudanças técnico-administrativas para as mudanças nas pessoas, na forma de pensar e agir.

O grupo da CPA foi o único que discutiu o SINAES e aponta que não houve mudanças significativas após a reestruturação da avaliação com o SINAES, apenas mudanças metodológicas. Mesmo com a adequação da avaliação ao SINAES, ela (a avaliação) continua distante do planejamento, o que dificulta a implementação de Políticas institucionais. Mas, o grupo da CPA reconhece que o caminho percorrido pela avaliação na UNEMAT tem contribuído para melhorias e que o processo tem avançado bastante e hoje é possível discutir com mais aceitabilidade a avaliação institucional com a comunidade acadêmica, que tem

respondido às chamadas da Comissão de Avaliação. Ainda mencionam o reconhecimento nacional do Programa de Avaliação da UNEMAT.

Vale enfatizar que no grupo dos gestores apenas a classe da avaliação como punição foi comum aos outros grupos. Os gestores reconhecem que a questão discutida nessa pesquisa é um enigma, um desafio, e dizem que essa questão de estabelecer a ponte entre o diagnóstico e as tomadas de decisão é um desafio no processo de avaliação. O principal motivo apontado foi o clima de competição e de disputas que existem no meio universitário que conseqüentemente transformam os interesses institucionais em individuais. Os membros do grupo dos gestores apontam que para vencer essas questões será necessária uma ação transformadora.

A partir dos dados evidenciados na pesquisa fizemos análises e discussões, identificando os entraves e as possibilidades no processo de avaliação institucional participativa.

Entraves analisados no processo de Avaliação Institucional Participativa

Apresentamos a seguir, uma síntese dos entraves evidenciados no processo de avaliação como conseqüência de uma cultura de regulação presente nos espaços da universidade que agem como forças contrárias aos princípios da participação. Esses entraves classificam-se em: políticos, metodológicos, éticos, intersubjetivos e histórico-culturais.

Entraves políticos

Como entraves políticos, foram evidenciados: a resistência institucional, o clima institucional com pouco espaço de discussão, as relações de poder, a avaliação como cumprimento à determinação legal para reconhecimento de cursos e as formas práticas de operacionalização do SINAES que, muitas vezes, está sendo priorizado o viés da regulação em razão de uma cultura já estabelecida nos espaços universitários, construída ao longo dos anos nas relações entre o Estado e a universidade.

Analisamos a resistência institucional como um silenciamento frente à avaliação institucional. No caso da UNEMAT, esse silenciamento ocorre de forma mais acentuada na fase de divulgação e discussão dos resultados. As vozes foram silenciadas em decorrência da cultura de poder estabelecida ao longo da história. As resistências, os bloqueios, os traumas, o

silêncio e os silenciamentos frente ao processo de avaliação institucional são construções históricas.

Bauman (2001, p.23) inicia uma discussão sobre emancipação e cita Herbert Marcuse, quando reclamava: “Em relação a hoje e à nossa própria condição, creio que estamos diante de uma situação nova na história, porque temos que ser libertados de uma sociedade rica, poderosa e que funciona relativamente bem...” Lembramos a questão que os filósofos já levantaram no passado: O povo quer ser livre? Estamos como os homens da caverna, vivendo pelas sombras, com medo de ver as luzes. Não é fácil sair dessa condição, mas é preciso.

Freitas, discutindo a lógica da escola e a lógica da avaliação, mostra que fomos engendrados por uma ordem econômica, social e cultural que já está estabelecida. Ir contra esta ordem é uma escolha difícil que só é possível com resistência.

Enfim, a “forma escola” constitui-se em uma maneira de organizar o trabalho pedagógico a mando de funções sociais que são atribuídas à instituição escolar. Contrariar essa lógica, é no âmbito de nossa sociedade atual, um processo possível apenas com resistência. Isso não diminui sua importância como possibilidade, mas alerta para seus limites. (FREITAS, 2003, p. 35).

Lembramos, ainda, Santos quando discute a emancipação, mostra que os silenciamentos são produzidos e aponta como grande desafio fazer falar o silêncio sem que ele fale a linguagem hegemônica, e continua dizendo:

Essa destruição produziu silêncios que tornaram impronunciáveis as necessidades e as aspirações dos povos ou grupos sociais cujas formas de saber foram objeto de destruição. (...) **A questão é pois, como fazer falar o silêncio sem que ele fale necessariamente a linguagem hegemônica que o pretende fazer falar?** (grifo meu). Os silêncios, as necessidades e as aspirações impronunciáveis só são captáveis por uma sociologia das ausências que proceda pela comparação entre os discursos disponíveis, hegemônicos e contra-hegemônicos, e pela análise das hierarquias entre eles e dos vazios que tais hierarquias produzem. (SANTOS, 2000, p. 30).

A cultura estabelecida nos espaços escolares é proprietária de uma cultura que está impregnada na sociedade e de um modo geral engendra nos sujeitos as atitudes competitivas, classificatórias, individualistas. Essas concepções geram concepções punitivas ou premiativas nos processos de avaliação. Dessa forma, observamos que o clima institucional com pouco espaço de discussão é um entrave para o sucesso da avaliação participativa

Além do clima institucional com pouco espaço de discussão, ainda observamos que a cultura estabelecida nas relações Estado/universidade ao longo da história tem se dado de

forma autoritária. Os rumos da universidade eram decididos “de cima para baixo”, sem discussão, mas por imposição. Essas relações de poder construídas histórica e culturalmente impedem que qualquer Política Pública construída pelo Estado, no primeiro momento, tenha total aceitabilidade, como é o caso do SINAES. Nesse contexto, o sentido da avaliação passa a ser o cumprimento às determinações legais e à construção de relatórios para autorização e credenciamento dos cursos e da universidade, mesmo que essas atitudes sejam inconscientes. As discussões com a comunidade acadêmica ficam em segundo plano, quem sabe, se der tempo. É de responsabilidade da instituição, escolher a forma de participação no SINAES. Nesse sentido, a comunidade deve escolher os princípios da democracia participativa e inverter essa lógica perversa regulatória pela lógica emancipatória.

Entraves metodológicos

Os entraves metodológicos estão evidenciados nas vozes dos sujeitos que participaram dos grupos focais como: curto circuito entre resultados e tomadas de decisão; relatórios construídos para encaminhamento de autorização, credenciamento e reconhecimento dos cursos e da universidade; instrumentos de pesquisa longos e densos; CPA inverte a lógica metodológica da participação e encaminha os resultados aos gestores para posteriormente serem repassados aos alunos, professores e funcionários.

Um dos entraves metodológicos encontrados foi o fato de a CPA e os gestores priorizarem o encaminhamento dos relatórios com retorno dos dados para os órgãos superiores, já que a avaliação é condição legal para autorização e reconhecimento dos cursos e da universidade. Percebemos que, politicamente, a lógica metodológica da avaliação participativa está invertida. Nesse caso, os resultados passam pelos gestores, os quais encaminham aos órgãos superiores para tomadas de decisão e a comunidade é a última a tomar conhecimento ou nem toma conhecimento. Quando esses resultados chegam até a comunidade, às vezes estão desatualizados, de forma densa, complexa, uso de muitas estatísticas, gráficos, etc. que desestimula a leitura. O medo das sanções legais também se faz numa relação de poder. Esse não é um problema só da UNEMAT, mas de muitas universidades, sem querer generalizar.

Nesse sentido, parafraseando Dias Sobrinho, é preciso que o processo de avaliação seja politicamente legítimo e pedagogicamente competente. Se a escolha da concepção dos princípios teóricos e epistemológicos para sustentar o processo de avaliação foi pela

participação, democracia, igualdade, justiça, globalidade, responsabilidade social, não punição, é preciso que todo o processo seja coerente com esses princípios.

Entraves éticos

Os entraves éticos se apresentam como a ética do mercado infiltrada nas ações dos sujeitos que fazem a universidade, como: individualismo, competição, interesses pessoais ou de grupos e não-institucionais.

Relembramos o contexto da globalização em que a universidade está inserida. Enfatizamos que a ordem que está estabelecida para a sociedade é da produtividade. Chauí (1999, p. 216) afirma que a qualidade que se busca nessa perspectiva econômica é produzir mais, em menos tempo e com o menor custo. Esses princípios estão infiltrados na política universitária. Enfatizamos que a qualidade que buscamos com a avaliação participativa é da qualidade negociada, proposta por Bondioli, que também só é possível no processo de avaliação participativa.

Nesta questão da ética, House, em seu livro “avaliação ética e poder”, apresenta dois enfoques. O primeiro é o objetivismo fundamentado numa concepção de educação que tem como função o treinamento, a técnica e a produção de conhecimento apenas para satisfazer necessidades dos indivíduos. Essa valorização extrema do indivíduo eticamente produz o individualismo e induz os valores de competitividade e acaba com as relações sociais cooperativas. Nesse sentido, os sujeitos são trabalhados para obter sucesso individual, acumular bens materiais e valorizar o consumismo. A avaliação fundada nesta ética se preocupa com a eficiência, produtividade, êxito individual, *Ranking*, classificação, mensuração e o controle da qualidade. É uma avaliação que apenas verifica e fiscaliza.

O segundo enfoque é o subjetivismo, que está fundamentado numa educação que prioriza os valores da formação humana integral, tanto os valores técnicos (profissionalização), quanto os humanos (solidariedade, justiça social, cidadania, felicidade, respeito ao outro). Não se separa aqui técnica e ética. A educação deve promover com muita competência a técnica e a ampliação dos conhecimentos específicos enraizados na ética. Portanto, não se separa a técnica da ética.

A avaliação, neste princípio, prioriza os sujeitos, o que implica afirmar e reafirmar os princípios de justiça, equidade, cooperação e de cidadania. Dessa forma, a avaliação não pode

estar voltada apenas para os instrumentos quantitativos, mensuráveis e comparáveis, mas deve utilizar metodologias que promovam discussões.

Entraves intersubjetivos

Os entraves intersubjetivos foram evidenciados como conflitos nas relações entre os sujeitos, a não-aceitação do outro como alguém que também produz conhecimento; a desconfiança em relação ao outro; o medo de punição; as dificuldades em receber críticas, as vaidades individuais, o medo de como o outro vai usar os resultados da avaliação. Esses conflitos estão relacionados com os entraves anteriores e principalmente com os entraves éticos. As relações entre os sujeitos é consequência da ética que sustenta essas relações.

Segundo os participantes da pesquisa, é preciso que haja uma ação transformadora. E, para que haja essa ação transformadora, é preciso profissionalizar as relações entre as pessoas. Nesse sentido, os jogos de interesses, a competição, as vaidades, os interesses pessoais devem dar lugar aos interesses institucionais, construídos coletivamente, regidos pelo compromisso social e pelo direito à educação de qualidade. O individualismo numa universidade impede a produção do conhecimento a partir de discussões coletivas e prejudica o crescimento institucional.

Freitas (2005) mostra que as consequências da ascensão tecnológica, a supremacia dos princípios de mercado, como o individualismo e a competição, trouxeram consequências gravíssimas nas relações humanas, que ele chama de virtualização das relações. Por um lado estamos diante de uma crise econômica do capital e por outro essa crise leva a uma crise existencial. Os sujeitos são produzidos para sobreviverem individualmente, abandonando cada vez mais os princípios humanos e éticos em detrimento dos princípios técnicos. É o mundo do “salve-se quem puder”. Perdemos o controle pelas nossas ações. “A regra tem sido a insegurança, o consumismo, a competição e a virtualização das relações” (Freitas, 2005, p. 91).

É preciso desenvolver o princípio do compromisso social em que o outro é reconhecido como outro numa relação de reciprocidade e complementaridade, isso só pode acontecer desenvolvendo a solidariedade, na qual as pessoas se sentem responsáveis pelas outras. O compromisso social leva à reflexão, ao pensar e à condução de um processo avaliativo democrático e participativo, porque é um processo que não tem “dono”, acontece nas relações intersubjetivas.

Se quisermos que os resultados da avaliação sejam instrumentos para desencadear mudanças de concepções, das práticas, de princípios e de atitudes é necessário proporcionar momentos de discussões, espaços participativos em que as pessoas vão ficar “cara a cara” com possibilidades para emitir opiniões, ouvir as opiniões dos outros, vivenciar conflitos, pensar, refletir e mudar. Esse processo é necessário para que haja mudanças.

A comunidade acadêmica aponta que somente uma ação transformadora é capaz de retirar os entraves que existem no processo de avaliação. Essa ação transformadora passa pelas mudanças de princípios e concepções dos sujeitos. Segundo as falas dos participantes, só assim, as pessoas deixarão de agir pelos interesses individuais e agirão pelos interesses institucionais, ação que o grupo focal dos gestores chama de “profissionalizarmos as relações”. Isso também só pode acontecer no processo participativo.

Entraves histórico/culturais

Evidenciamos como entraves histórico/culturais a presença da cultura da regulação nos espaços universitários que dificultam o fortalecimento das práticas emancipatórias. Atribuímos como causa a construção histórica dos sujeitos; os resquícios históricos da avaliação como medição, classificação e punição, que começa no nível da sala de aula e perpassa o nível institucional e de sistema.

Em termos de educação, nossa construção se deu no arcabouço da sociedade moderna. A escola é um artefato da sociedade moderna. A avaliação começa com a escolarização. Os princípios que dão início à escolarização são os princípios de uma sociedade capitalista, que visam o lucro a partir do trabalho. A relação professor/aluno também estava permeada pela produtividade, pelo alcance dos resultados. Numa análise epistemológica um conhecimento válido era aquele que podia ser medido, mensurável. A modernidade foi considerada a era da matematização da ciência. Durante muitos anos vivemos sob o domínio da regulação, da ordem e, portanto, submissos e resignados diante dos acontecimentos. Santos, afirma que:

Estamos tão habituados a conceber o conhecimento como um princípio de ordem sobre as coisas e sobre os outros que é difícil imaginar uma forma de conhecimento que funcione como princípio de solidariedade. No entanto tal dificuldade é um desafio que deve ser enfrentado. (SANTOS, 2000, p. 30).

A avaliação surge no contexto da sala de aula com esses princípios e migra também para a avaliação institucional e de sistema. Ainda temos resquícios dos velhos e enraizados conceitos que nos moldaram. É necessário desvencilharmos desses velhos conceitos, que já estão cristalizados, o que não é fácil, da mesma forma que não é fácil, na prática, romper com o paradigma da avaliação como regulação que visa a verificação da produtividade dos sujeitos e leva ao individualismo e à competitividade. Como dizia Marx (1978, p.17) “a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”.

Pensando possibilidades

A avaliação institucional participativa com todos os seus entraves, muitos destes, conseqüências da cultura escolar, ainda apresenta-se como uma forma de resistência ao que está instituído como determinação autoritária do mercado, e por isso precisa ser fortalecida nos espaços universitários. Os entraves não nos levam ao desânimo, mas nos alertam para a construção das possibilidades. A nossa tese fica fortalecida com Bourdieu, se queremos mudanças significativas é preciso enfrentar os conflitos e as tensões. É preciso compreender que os entraves políticos, metodológicos, éticos, intersubjetivos e históricos/culturais evidenciados nesta pesquisa são limites que precisam ser superados, o que não descaracteriza a avaliação institucional participativa como um dos instrumentos que possibilita mudanças e implementação das tomadas de decisão.

As evidências apontam que as tensões são inerentes ao processo de mudanças, no entanto, é necessário buscar o enfretamento dos entraves ao invés do silenciamento. Nesse sentido, os resultados da avaliação institucional devem ser usados como estratégias de (re)organização de espaços de discussão, que promovam o diálogo, a discussão, a reflexão e as mudanças individuais, coletivas e institucionais. Para isso, é preciso desenvolver o exercício da participação. É necessário tornar a participação uma aprendizagem.

A universidade deve atender às demandas sociais que além de diversas ainda são contraditórias, mas como instituição produtora de conhecimento não pode aceitar acriticamente as mudanças sociais, econômicas e culturais advindas da globalização. Cabe à universidade pensar criticamente essas mudanças levando em consideração a melhoria da qualidade de vida, o que implica desenvolver tecnicamente o conhecimento sustentado na ética. Para isso, deve inverter a cultura da regulação pela cultura da emancipação. Isso implica a construção de novas subjetividades/intersubjetividades que estejam dispostas a refletir e a usar na prática e não apenas no discurso o conhecimento-emancipação. O que significa

enfrentar as demandas da globalização sem perder de vista os princípios éticos e a construção da cidadania social e da solidariedade.

É preciso estabelecer um diálogo aberto entre o Estado, a sociedade e a universidade a fim de buscar as demandas e prioridades sociais e contribuir para a transformação social. A avaliação institucional participativa está sendo colocada como uma alternativa que possibilita esse diálogo, na medida em que possibilita a produção de espaços de discussão nos quais as pessoas possam refletir sobre suas ações buscando melhorias nas atividades desenvolvidas. Essas reflexões podem levar à construção de sujeitos críticos e emancipados. Nas palavras de Santos, levam à construção de novas subjetividades, capazes de criar ações contra-hegemônicas.

Para que haja debate e reflexão é necessário que os sujeitos encontrem espaços abertos. A participação é um processo de negociação entre os atores que pode definir o fazer universidade. A avaliação institucional participativa pode ser uma estratégia que abre espaços de discussão e possibilita esse diálogo. Nesse sentido, a participação é uma possibilidade que merece destaque no fechamento deste artigo. De qual participação estamos falando? Qual o sentido e quais formas de participação possibilitam tornar a avaliação institucional participativa uma estratégia de reconstrução da emancipação?

Esta pesquisa aponta que a participação pode acontecer em níveis diferentes. As evidências mostram que existe participação da comunidade acadêmica no processo de avaliação institucional da UNEMAT, há uma disposição das pessoas, principalmente dos alunos para responder os instrumentos de pesquisa, isso é participação. Porém, essa forma de participação ainda não atende os princípios da democracia participativa que sustentam os princípios da avaliação participativa.

As formas de participação estão relacionadas com as concepções de avaliação e com os sentidos que a ela atribuímos. Verificamos nas discussões com os grupos focais que uma das causalidades propulsoras da pouca discussão e implementação de ações a partir dos resultados da avaliação institucional da UNEMAT foi o fato da comunidade ainda conceber a avaliação como punição. Essa foi a categoria encontrada nos cinco grupos focais estudados. Essa concepção de avaliação influencia também as formas de participação. No momento de responder os instrumentos de pesquisa não há identificação dos sujeitos, não há conflitos, não há tensões. Existe uma participação individualizada e anônima, o que protege os sujeitos da

suposta punição. Segundo Dias Sobrinho (2005a, p. 29), o sujeito aqui é uma entidade fechada, um objeto exteriormente concebido.

Para Dias Sobrinho essa forma de participação está sustentada nos paradigmas experimentalistas e quantitativistas em que os indivíduos e as instituições são basicamente fornecedores de informações. Esse autor ainda cita exemplos dessa forma de participação quando os estudantes submetem-se a provas ou exames; os professores e administradores preenchem relatórios e questionários. A comunidade acadêmica, nesse paradigma, não participa da elaboração do projeto, da discussão dos critérios, dos objetivos, dos instrumentos e das metodologias da avaliação, não emitem juízos de valor, não apresentam sugestões e, portanto, não se sentem comprometidos com as conseqüências da avaliação.

Nessa forma de participação, não existem espaços de discussão organizados em que as pessoas ficam “cara a cara” para emitir suas idéias e opiniões. A comunidade não se coloca como agente de mudanças e como responsável pelas ações de melhoria da instituição. Se não existem espaços de discussão, as tomadas de decisão continuam existindo, como constatamos no caso da UNEMAT, mas elas acontecem no nível das mudanças administrativas e organizacionais.

No processo de avaliação institucional participativa essa forma de participação é necessária, mas não é suficiente. É preciso ultrapassar a participação dos sujeitos como meros fornecedores de informações. A participação deve ser incentivada em todas as etapas do processo avaliativo, na elaboração da proposta, dos instrumentais, na coleta de dados, na discussão e sistematização das informações e nas tomadas de decisões.

Para que haja mudanças de concepções e de práticas é necessário que as pessoas tenham a oportunidade de estarem juntas e discutir os diferentes pontos de vistas. Nesse sentido, os resultados da avaliação institucional participativa podem ser uma estratégia de organização desses espaços de discussão. Pensando como Bourdieu, o espaço social é um lugar de reflexão no qual estão presentes diferentes capitais simbólicos, culturais, sociais e econômicos o que gera relações de poder conflitantes. O exercício da discussão entre posições diferenciadas no mesmo campo é necessário e engendra novos sujeitos e novas práticas. O que possibilita a construção das mudanças pessoais, sociais e profissionais sustentadas nos princípios da emancipação.

É necessário desenvolver a participação no paradigma heurístico e qualitativo. Dias Sobrinho (2005a, p. 29) apresenta esse paradigma da participação e diz que os seus defensores sustentam que os sujeitos são os que têm mais autoridade intelectual e profissional para avaliar as atividades e resultados das práticas educativas. Isso significa que seriam os professores, os estudantes e os funcionários os principais responsáveis pela avaliação, desde a sua concepção filosófica, a elaboração dos meios, a execução das práticas, até a interpretação das informações e o estabelecimento de ações de correção e melhorias. Nessa forma de participação, os participantes se tornam solidariamente responsáveis pelo processo.

Acreditamos como Leite que a participação não é um dom, ou uma inclinação natural do ser humano, mas um processo que pode ser aprendido a partir da prática. A participação é um processo pedagógico em permanente construção através de sucessivas aprendizagens. Usar os resultados da avaliação para promover espaços participativos, dialógicos é uma estratégia que fortalece o exercício da participação na universidade.

Considerações finais

Nossas considerações finais, por razões inerentes à complexidade do estudo nos fez optar pelo convite à manutenção do debate, lançando um desafio para a comunidade acadêmica e principalmente para as pessoas que lidam no campo da avaliação para desencadarmos nos espaços da universidade o exercício da participação. Precisamos sair do discurso participativo e enfrentar a prática. É necessário assumir que precisamos aprender a participar e só aprendemos a participar participando. Assim, estaremos enfrentando a cultura da imposição, da medida, da classificação, do imediatismo que são resquícius da cultura de regulação que consciente ou inconscientemente ainda sustentam nossas práticas ou as práticas de nossos pares. É preciso enfrentar os conflitos que o exercício da participação nos trazem.

Os conflitos são inerentes ao diálogo e são salutares para os processos de mudanças, por isso, lançamos o desafio para repensarmos as práticas avaliativas a partir do enfrentamento dos entraves evidenciados. Nesse sentido, estaremos fortalecendo a participação em todas as etapas do processo de avaliação. Não são os resultados da avaliação os mais importantes no processo, eles são apenas uma das estratégias que impulsionam o debate.

Os entraves que dificultam o processo de avaliação sustentado na participação são movimentos presentes na instituição que estão girando ao contrário dos princípios da avaliação

participativa. Esses movimentos são conseqüências da cultura dos princípios de regulação, que ainda, hoje, permanecem como resquícios nas ações dos sujeitos que fazem a universidade.

Nesse sentido, a avaliação institucional participativa é limitada, está “entrevada”, porém a superação dos entraves pode fazer com que sua proposta se torne exequível. Essa superação pressupõe compreender a necessidade de uma nova forma de participação, que não se limite apenas em responder aos formulários da avaliação. Para isso, é preciso conceber a educação como possibilidade de transformação social. Ao lado disso, é preciso pensar um clima institucional sustentado na democracia participativa; é preciso de novos professores, novos gestores, novos funcionários, novos alunos que estejam dispostos a usar os princípios da emancipação em suas práticas, que carreguem em suas entranhas o desejo pelas mudanças sociais.

Desenvolver a avaliação institucional participativa sem mexer na cultura da regulação que está presente nos espaços da universidade que a produz e reproduz poderá levá-la ao fracasso. Toda e qualquer mudança cultural ou intelectual está impossibilitada se não for acompanhada por mudanças de subjetividades/intersubjetividades, o que implica mudanças no próprio sujeito e nas relações que este estabelece com o outro. Dessa forma, é necessário sujeitos que estejam dispostos a refletir sobre a realidade, decifrá-la e que assumam correr riscos para transformá-la na direção dos princípios da justiça, cooperação, solidariedade e responsabilidade social, enfim, instituírem os princípios emancipatórios em suas práticas.

Referências bibliográficas

BARBETA, Pedro Alberto. *Estatística Aplicada às Ciências sociais*. 5 ed revisada, 2ª reimpressão, Ed. da UFSC, Florianópolis, 2004.

BAUMAN, Zygmunt, 1925. *Modernidade Líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Jorge Zahar Ed, Rio de Janeiro, 2001.

_____. *Globalização: As Conseqüências Humanas*. Tradução, Marcos Penchel. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1999.

BONDIOLI, Ana (org). *O Projeto Pedagógico da Creche e a Sua Avaliação: A qualidade negociada*. Coleção Educação Contemporânea, Autores Associados – Campinas-SP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 7 ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2004a.

_____; *Coisas Ditas*. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. Editora Brasiliense, São Paulo, 2004b.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade em Ruínas. In TRINDADE, Hégio (org). *Universidade em Ruínas: na república dos professores*. Petrópolis, RJ, Vozes/Rio Grande do Sul: CIPEDS, 1999.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação como Instrumento da Formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: Por uma Ético-epistemologia da avaliação. In *Avaliação participativa: perspectivas e desafios*. Org. Dilvo Ristoff, Vicente de Paula Almeida Junior. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005a. (p. 15 a 37).

_____. *Dilemas da Educação Superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?* Casa do psicólogo, São Paulo, 2005b.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Uma Pós-modernidade de Libertação: reconstruindo as esperanças*. Autores Associados, Campinas – SP, 2005a. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

_____. *Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas*. Moderna, São Paulo, 2003.

HOUSE, Ernest R. *Evaluación, ética Y poder*. 3.ed., Ediciones Morata, S. L, Mejía Lequerica – Madrid, 2000.

LEITE, Denise B. C. *Reformas Universitárias: avaliação institucional participativa*. Vozes, Petrópolis - RJ, 2005.

MARX, Karl (1852). *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann/ Karl Marx*; tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. 5 ed, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiência*. Cortez, São Paulo, 2000.

_____. *Pela Mão de Alice - O social e o político na pós-modernidade*. 6. ed. Cortez, São Paulo, 1999.